

DIONÍSIO DIAS CARNEIRO

Há uma velha e popular mentira entre os jornalistas que diz: boas notícias não vendem jornal. Há um erro muito popular entre consultores econômicos que, em caso de dúvida, conduz os analistas a optar por um cenário mais pessimista, porque é mais provável um consultor ser demitido por não ter antecipado uma má notícia do que por ter sido surpreendido por uma boa notícia. A mentirata tática dos jornalistas tem o custo de estimular a descrença dos cidadãos no futuro, mas tem o benefício de manter viva a capacidade crítica do leitor, que, afinal, não pode viver de conquistas de campeonatos mundiais, que, entre outras coisas, vendem jornais. O erro dos economistas tem a vantagem de servir como um antídoto contra a exuberância irracional que os investidores costumam ter quando projetam lucros e os políticos, quando projetam vitórias. Mas tem o custo de dificultar a percepção do fim das crises, além de omitir o óbvio: erro é erro, ponto.

A combinação das duas características faz com que se torne quase vergonhoso ter uma posição que seja considerada otimista, quando se analisam perspectivas econômicas. Não raro, entretanto, é um fator de desperdício de energia e talentos escassos, que pode ter grandes custos sociais. Em resumo, para usar um (por várias razões, lamentável) termo da moda, a combinação do negativismo tático da imprensa com o pessimismo estratégico dos economistas resulta em um "viés de baixa". Não para a tendência da taxa de juros, que tem consagrado o uso do termo, mas para as

Boas surpresas são apresentadas como fruto do acaso e não das políticas econômicas



expectativas de desempenho da economia.

O resultado é que as surpresas boas se sucedem, mas são apresentadas como efeitos sem causa, frutos do acaso e da sorte, e não das políticas econômicas. Estas só são apresentadas pelos custos que causam (más notícias que vendem jornais), e rapidamente descreditadas (idem). A taxa de

câmbio nominal é menor do que era projetada em fevereiro, e a inflação continua a surpreender para baixo. Só a fome de receita dos governos locais pode aumentar tarifas de forma que os preços ao consumidor, medidos pela Fipe, fechem o ano com aumento abaixo dos 4%. O desempenho das vendas e da produção industrial força os analistas (envergonhados) a admitir a possi-

bilidade de crescimento econômico positivo em um ano de grande tumulto. As cifras de desemprego, a despeito da gravidade dos números para a Grande São Paulo (que vendem jornal), já estão sendo revistas para baixo. A percepção inicial de insensibilidade do balanço comercial à desvalorização cambial (que dá manchete, pois no Brasil desvalorização cambial não funciona) vai dando lugar a projeções mais razoáveis para os próximos 12 meses, apesar da queda vertiginosa de alguns dos preços dos produtos de exportações e da fraca demanda mundial, que levará a uma provável diminuição da receita de exportações neste ano.

É difícil admitir que a crise de confiança no balanço de pagamentos, que resultou na flutuação do real, com uma desvalorização de mais de 40%, terá chegado ao fim: afinal, razões de sobra há no mundo para uma nova

crise de confiança, seja por contágio pelo tumulto na Argentina, seja pela queda do Dow Jones à espera de juros maiores. Mas a verdade é que pagamos um preço alto pelo atraso das reformas e pelo recuo no ajuste fiscal e temos uma chance de não repetir o erro. O resultado foi um crescimento explosivo da dívida pública que tornou evidente os limites da política monetária para sustentar o ajuste gradual do câmbio. Esta crise de confiança está ultrapassada.

Os mercados costumam ser excessivamente otimistas quanto às possibilidades de reformas, mas excessivamente pessimistas quando elas decepcionam. Mas estão sempre dispostos a premiar o sucesso, mesmo quando eles vêm de distorções acumuladas. Os coreanos são um bom exemplo: vão crescer em 1999 mais do que se esperava, sem terem feito as reformas esperadas. Os nacionalistas ganharam tempo e protegem o sistema bancário, e os analistas externos já se contentam com "não haver recuo nas reformas". Isso não quer dizer que possam retomar a trajetória anterior de crescimento sem grande instabilidade, pois terão de usar o tempo que ganharam para consertar as distorções de um crescimento rápido que paga o preço do intervencionismo e do autoritarismo, resultantes do voluntarismo. Podem ser um péssimo exemplo para o segundo mandato de FHC. Mais uma vez, o presidente ganha tempo para consertar o País em movimento, seja no horizonte curto e sobressaltado do imediatismo dos populistas, seja no horizonte mais longo e gerador de esperanças, que caracteriza os estadistas. Haverá justificativa para um novo "viés de baixa"?